

1. PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ATIVIDADE DE AÇÃO EDUCATIVA:

Do **DMGAP/DRH**, submetendo à consideração do Executivo, proposta de abertura de procedimento concusal para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa, proposta que se anexa.

Relatório do Documento interno n.º 27890 de 17/09/2019

DOCUMENTO Nº

REMETENTE FUNC.: LUIS CARLOS COSTA VAZ

DATA 00/00/0000

TIPO DE DOCUMENTO INFORMAÇÃO

REFERÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTADO: luis.vaz

ATUALIZADO: luis.vaz

ASSUNTO

Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

PROCESSO N.º

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(5) Movimentado no dia 17/09/2019 14:50 para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

Efetuada por Func.: 5309 - Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro(graca.ribeiro)

Motivo: Remeter ao Sr. Presidente, em ordem a submeter a proposta a deliberação do executivo.

(4) Movimentado no dia 17/09/2019 14:47 para Func.: Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro

Efetuada por Vereador: 4826 - Lidia Bras Dias(lidia.dias)

Motivo: De acordo.

(3) Movimentado no dia 17/09/2019 13:10 para Vereador: Lidia Bras Dias

Efetuada por Func.: 5309 - Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro(graca.ribeiro)

Motivo: Em ordem a submeter superiormente a Informação anexa, solicita-se apreciação/validação da mesma.

(2) Movimentado no dia 17/09/2019 11:39 para Func.: Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro

Efetuada por Func.: 1516 - Luis Carlos Costa Vaz(luis.vaz)

Motivo: Submete-se para apreciação a presente informação.

(1) Movimentado no dia 17/09/2019 11:33 para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

Efetuada por Func.: 1516 - Luis Carlos Costa Vaz(luis.vaz)

Motivo: Registo original!

Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 5592 - Branca Maria de Oliveira Soares da Costa, no dia 17/09/2019 13:10, por graca.ribeiro

Luis Carlos Costa Vaz

19.09.18

[Assinatura]

Nº Informação: 27890

Data: 17/09/2019

Assunto: Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa

1. Termina em 3/01/2020 a validade da reserva de recrutamento interna constituída em resultado do procedimento concursal comum para ocupação de catorze postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, área de atividade de ação educativa para exercerem funções nos Agrupamentos de Escolas, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicitado no Diário da República em 11 de julho de 2017, cuja lista de ordenção final foi homologada por despacho do Sr. Presidente de 4/07/2018, conforme previsto no art.º 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01;

2. No decorrer da validade do procedimento concursal, e até à presente data, foram contratados mais 97 trabalhadores para substituição daqueles que se aposentaram, foram integrados em diferentes serviços do Município ou ingressaram noutros organismos da administração pública através de concurso, designadamente na Segurança Social;

3. Dos 481 assistentes operacionais no exercício da atividade de ação educativa nos Agrupamentos de Escolas, nesta data, 73 possuem a idade compreendida entre os 60 e 64 anos e 14 entre os 65 e 69 anos;

4. Nos termos do art.º 32.º da Portaria 125-A/2019, de 30/04, em vigor desde 1 de maio de 2019, Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), prevê no seu art.º 32.º que o órgão ou serviço pode publicitar procedimento concursal exclusivamente destinado à constituição de reserva de recrutamento, aplicando-se-lhe as regras do procedimento concursal comum. O procedimento é válido para o prazo máximo de 18 meses contados da data da homologação da lista de ordenação final;

Nestes termos:

1. Considerando a previsibilidade de pedidos de aposentação nos próximos dois anos (vide ponto 3);
2. Considerando a necessidade da substituição daqueles, que por qualquer umas razões atrás indicadas cessem a atividade;
3. Considerando o tempo de realização dum procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com a aplicação de dois métodos de seleção obrigatórios, prova de conhecimentos e avaliação psicológica, bem como o cumprimento de todos os prazos que a Portaria 125-A/2019 exige, não estará concluído antes do termo da validade da reserva de recrutamento interna constituída (3/01/2020), mais ainda quando se trata para esta área de atividade, sempre com um elevado número de candidatas.

Poderá o Sr. Presidente, no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, propor ao órgão executivo municipal, nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, a aprovação para a abertura de procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa, tendo em vista o exercício de funções nos Agrupamentos de Escolas na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a candidatos não apenas detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado atento o previsto no n.º 3 do art.º 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo e sem vínculo de emprego público, por razões de economia e celeridade processual, atendendo à circunstância de se revelar fortemente provável não ser possível o preenchimento dos postos de trabalho em causa restringindo o recrutamento a candidatos detentores de vínculo de emprego público, pelo facto de se tratar de recrutamento para carreira e categoria a que corresponde o nível remuneratório mais baixo da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública.

Utilizador: Luis Carlos Costa Vaz